

UMA GRANDE MINORIA ANTIDEMOCRÁTICA

Por Rui Tavares Maluf*

O que se passou em Brasília (DF) nesse domingo, 8 de janeiro de 2023, com o assalto perpetrado por defensores de um golpe de estado à sede dos poderes da República e ações em diversas partes do Brasil é o resultado de um País profundamente dividido frente a várias questões políticas, econômicas, sociais, e identitárias, bem como da concepção autoritária de parcelas significativas da sociedade, de seus líderes, mas, também de atitudes de segmento expressivo do lado vitorioso, e de muitos membros do governo que ainda não entenderam, ou fingiram não entender, o real tamanho da grande minoria que votou em Bolsonaro na última eleição, e da maioria que lhe deu a vitória em 2018. E este lado vencedor também não deu sinais de levar a sério as ameaças que vinham sendo feitas nas últimas semanas.

Apesar de a *grande maioria desta grande minoria de 58 milhões de votos* não aprovar o que tem sido feito nos últimos tempos como apontam pesquisas após a vitória do presidente Lula por uma parcela dos apoiadores de Jair Bolsonaro, ainda assim, os resultados não coincidem integralmente com escolhas feitas pelos eleitores no último pleito em face de vários candidatos proporcionais e executivos adeptos de tais condutas, indicando no mínimo certa despreocupação, se não contemporização, com as atitudes que foram sendo tomadas desde 30 de outubro passado, como as de acampamentos na frente dos quartéis, agressões físicas a opositores e profissionais da imprensa, e mais recentemente carreatas, até culminarem neste ato frontalmente golpista que procurou criar o caos e dar pretexto para um sonhado golpe de estado por parte das forças armadas (conquanto sem qualquer movimentação das mesmas), ou “*intervenção federal*” em termos mais eufemísticos nas últimas semanas.

Foi nitidamente elevado o número de manifestantes em Brasília, e outros lugares, tomando as vias públicas e predisposto a ações violentas. E por ser uma quantidade considerável e predisposta a violência é que me parece cedo e prematuro para imaginar que isso acabará com a decretação da intervenção federal na secretaria de segurança do Distrito Federal ou, agora, com o afastamento do governador Ibaneis Rocha (MDB) por decisão do ministro Alexandre de Moraes do STF. Além disso,

parece inegável que esta concepção e militância penetraram em alguma medida nas instituições públicas, especificamente nas dos setores de segurança pública e defesa.

Isso quer dizer que a postura do presidente Lula para muito além desses atos do dia 8 abertamente antidemocráticos e terroristas, mas em relação ao conjunto de seu governo, não poderá reproduzir seus governos passados, como em mais de um caso começa a parecer nessa primeira semana de mandato, e muito menos com a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff. O presidente agiu corretamente ao decretar intervenção federal na área da segurança pública do governo do Distrito Federal (DF), que não foi capaz, ou não quis, de evitar a violência dos radicais tendo alterado no sábado à noite o plano acertado com o ministério da Justiça e Segurança a fim de evitar a ocupação da Esplanada dos Ministérios, conforme informou à imprensa o próprio ministro, Flávio Dino e, por último, com a viagem de férias do agora ex-secretário de Segurança Pública distrital, Anderson Torres, afastado do cargo por este mesmo ato do ministro da Justiça, que o substituiu no cargo com a mudança de governo.

Apesar das notas de repúdio aos atos de violência por parte das autoridades máximas do *País*, há que se registrar que a emitida pelo próprio ex-presidente é quase um convite à continuidade do golpista ao equipará-las às manifestações da “*esquerda*” realizadas em 2013 e 2017, o que já é uma inverdade, pois as de 2013 foram inéditas e sem ligação com quaisquer forças políticas. Mas é fato que em mais de um momento o PT e partidos a este ligados realizaram manifestações nas quais houve destruição de patrimônio público e privado embora jamais se aproximando de movimento intencionalmente golpista.

Antes disso, a própria atitude final de Bolsonaro ao ir para os EUA nas últimas horas de seu governo para lá ficar sem que houvesse qualquer caráter oficial para usar o aparato governamental é um total despautério. Passou-se de um discurso antipetista, que não deixava de ser simplista e despolitizado, para uma aberta afronta a tudo o que representa a democracia.

Todavia, há que se levar em conta que independentemente do que cada um de nós pense a respeito da legitimidade sobre os vários segmentos do Bolsonarismo e do encaminhamento de suas pautas (como a questão do aborto para os cristãos e particularmente para os evangélicos), o fato é de que estas são importantes para eles e indicam forte divisão social a qual já havia sido percebida pelo presidente Lula durante

a campanha eleitoral. Ademais, não é pouca coisa o fato de o atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, o estado mais importante da federação, figura sem qualquer vínculo com São Paulo, só ter se tornado candidato e sido eleito por ser uma criação de Bolsonaro, e encarnar muito desses valores.

Igualmente relevante para se aquilatar o grau desta divisão, há de se considerar a importância das redes sociais que são largamente utilizadas pelos brasileiros, fonte de desinformação e mentiras, versus o rarefeito acompanhamento do noticiário da imprensa, sobretudo da imprensa escrita. Ou seja, o consumo das redes sociais não é contrabalanceado por acompanhamento do noticiário da imprensa, a não ser das manchetes, e pela importante leitura.

O cenário de conflito profundo está dado. Assim, o presidente Lula principalmente, mas também seu partido o PT, precisa conduzir o governo realmente como frente política contemplando aquelas que não comungam de muitas de suas ideias, principalmente na área econômica. Embora a economia possa não transmitir o entendimento de que há relação direta com tais acontecimentos, não deixa de ter muito a ver com tudo isso. Nesse campo, a primeira semana do governo foi marcada por vários desencontros entre membros do ministério e medidas próprias do passado do PT que dificilmente contribuirão para o desenvolvimento do País, tais como prorrogação da isenção de tributos sobre combustíveis e retirada de empresas do processo de privatização, etc.

As próximas horas e dias nos mostrarão qual é a real capacidade de reação do governo e de todos dos que são os reais defensores da democracia. De qualquer forma, não é possível afirmar que o fim da tensão está próximo mesmo que várias atitudes corretas sejam tomadas daqui para frente. É preciso muito mais do que isso, infelizmente.

***RUI TAVARES MALUF.** Professor universitário. Ex-professor da Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo – Escola de Humanidades (2005-2022), das Faculdades Campos Salles (2001-2011) e de outras instituições de ensino superior. Fundador e editor da consultoria e do site *Processo & Decisão*. Doutor em ciência política (USP). Mestre em ciência política (UNICAMP). Autor dos livros *Amadores, Passageiros e Profissionais* (2011) e *Prefeitos na Mira* (2001), ambos pela editora Biruta. Autor de inúmeros artigos sobre política municipal, nacional e internacional do Brasil em relação aos países da América do Sul.
